



SECRETARIA DE CÚPULAS

GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO  
DE CÚPULAS EM NÍVEL MINISTERIAL



XLVII GRIC/SIRG MINISTERIAL

GRIC/Inf.7/07  
22 de maio de 2007  
Original: português

RELATÓRIO NACIONAL DE BRASIL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS  
COMPROMISSOS DA QUARTA CÚPULA DAS AMÉRICAS

**Brasil – II Relatório Nacional sobre a Implementação dos Mandatos da IV Cúpula  
das Américas**

**Redução da Pobreza e Inclusão Social**

A porcentagem de pobreza extrema no Brasil caiu 8% de 2003 para 2004, e o número de pessoas que vivem em condições abaixo da linha da pobreza extrema no País é o menor desde 1992. A PNAD demonstra que a renda familiar brasileira parou de cair em 2004, invertendo a trajetória de queda constante desde 1997. Embora a desigualdade na distribuição de renda seja ainda muito alta, vem declinando desde 2001 e os números de 2004 são os mais baixos registrados desde que começou a ser medida, em 1976.

Recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), importante “think tank” brasileiro na área de políticas sociais, demonstra a relação estreita entre a acelerada redução da desigualdade de renda ocorrida entre 2001 e 2004 e a diminuição significativa da pobreza e da extrema pobreza no país, no mesmo período. O estudo mostra ainda que a redução dessa desigualdade pode, em grande medida, ser atribuída a programas de transferência de renda, com destaque para o amplamente conhecido e divulgado “Bolsa Família”, e à diminuição da desigualdade educacional e da magnitude das diferenças de remuneração entre trabalhadores com distintos níveis educacionais. A contribuição de cada um desses dois fatores para a redução da desigualdade de renda é da ordem de um terço e 15%, respectivamente. Outros fatores contribuíram, em menor medida, para a redução da desigualdade de renda, como a política de valorização do salário mínimo e a diminuição das desigualdades geradas pelo mercado de trabalho, muito influenciada pela queda nos diferenciais de remuneração segundo critérios raciais e pela redução da segmentação espacial do mercado de trabalho.

No âmbito dos programas e políticas sociais do Governo brasileiro, cabe, portanto, especial menção ao “Bolsa Família”. Esse programa articula três eixos específicos. O primeiro diz respeito ao alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias. O segundo trata de romper o ciclo da pobreza por meio de ações que reforçam o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação (por

exemplo, para receber o benefício as famílias precisam, entre outras exigências, manter as crianças matriculadas na escola e com o plano de vacinação em dia). O terceiro inclui programas complementares, que são ações coordenadas dos governos e da sociedade para geração de trabalho, renda e alfabetização. O "Bolsa Família" atende 11,1 milhões de famílias, e foi considerado pelo Banco Mundial uma política bem sucedida no combate à pobreza e à desigualdade e recomendado a outros países.

#### Crescimento Sustentado

No que se refere ao crescimento sustentado, o Brasil apresentou melhora bastante marcada em seus indicadores macroeconômicos nos últimos três anos. A dívida pública líquida tem caído sustentavelmente como porcentagem do PIB (de 57%, em 2003, para 49%, em 2006). A taxa de inflação anualizada foi reduzida de 9,3% para 3,14%, entre dezembro de 2003 e dezembro de 2006. Houve ainda um crescimento vigoroso da corrente de comércio brasileira: entre 2003 e 2006, aumentou de US\$ 121,34 bilhões para US\$ 228,87 bilhões, com incremento de 88,6%. O vigor do desempenho comercial brasileiro reduziu a sensibilidade externa da economia, como mostra o forte declínio da razão entre a dívida externa líquida e as exportações (de 2,1%, em 2003, para 0,6%, em 2006). Esses desenvolvimentos decorreram, em grande medida, de políticas de austeridade fiscal e metas de inflação que se mostram crescentemente eficazes. Adicione-se a esse cenário positivo a forte expansão do crédito e no mercado de capitais, desde 2003.

#### Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Nesse contexto situa-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – lançado no início de 2007 e que resultará na aplicação de aproximadamente R\$ 504 bilhões (cerca de US\$ 236 bilhões) em infra-estrutura nos próximos quatro anos. O PAC busca incrementar as tendências positivas da economia brasileira. Implica a adoção de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos ao crescimento econômico (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos). As medidas do PAC são organizadas nos seguintes blocos: estímulo ao crédito e ao financiamento; desoneração e

aperfeiçoamento do sistema tributário; investimento em infra-estrutura; e melhora do ambiente de investimento.

Entre as novas medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento, destacam-se o aumento do capital disponível e a ampliação do crédito para aplicação em projetos de saneamento e habitação, bem como a criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura. Outras medidas, como o fortalecimento de instrumentos financeiros adequados ao investimento de longo prazo, principalmente na área de infra-estrutura (logística, energética, social e urbana), serão essenciais na superação dos "gargalos" que obstam um crescimento sustentado mais vigoroso.

No que se refere à desoneração tributária, caberia sublinhar novas medidas, como a concessão de isenções de impostos e contribuições sociais incidentes sobre construções, edificações e obras de infra-estrutura e, particularmente, sobre os Fundos de Investimento em Infra-estrutura. Nesse contexto de desoneração tributária, destacam-se ainda medidas previstas pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar no. 123/2006). O aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro inclui medidas em tramitação ou implementação, que incluem desde a simplificação de procedimentos até a retomada das discussões entre a União, os Estados e Municípios com a participação de representantes de empresários, trabalhadores e consumidores – sobre a continuidade da Reforma Tributária, com vistas a promover sua redução e racionalização, num quadro de equilíbrio de interesses dos vários agentes envolvidos, para propiciar o crescimento sustentado.

Considerando que o investimento em infra-estrutura é condição para a aceleração do desenvolvimento sustentável, o aumento da produtividade e a superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais, o Governo brasileiro busca tratar da superação dos "gargalos" na infra-estrutura brasileira por meio do planejamento estratégico de médio e longo prazos, do fortalecimento do quadro regulatório e da competitividade, das parcerias entre o setor público e o investidor privado e da articulação das ações nos vários níveis federativos. Os critérios de seleção de projetos nos três eixos básicos do investimento (infra-estrutura logística, energética, social e urbana) são o potencial para gerar retorno econômico e social, a sinergia entre os projetos, a recuperação da infra-estrutura

existente e a conclusão de projetos em andamento. Em infra-estrutura logística, serão aplicados, até 2010, R\$ 58,3 bilhões (aproximadamente US\$ 27 bilhões). Em energia, estão previstos investimentos no valor de R\$ 274,8 bilhões (em torno de US\$ 129 bilhões) para o mesmo período. Em infra-estrutura social e urbana, estima-se o montante de R\$ 170,8 (US\$ 80 bilhões).

No que se refere ao ambiente de investimentos, cabe citar importantes iniciativas legislativas do Governo, relacionadas à maior definição das competências do Governo federal e dos Governos estaduais e municipais em matéria ambiental e do papel das Agências Reguladoras nos vários setores em que atuam, bem como à reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Destaca-se ainda a lei do gás natural, que estabelece diretrizes para a construção e operação de gasodutos.

Espera-se, como resultado do PAC, o início de um período de forte crescimento sustentado. Projeções do Ministério da Fazenda indicam que o Programa contribuirá para um crescimento anual em torno de 5% de 2008 a 2010. Projeta-se para 2007 crescimento em torno de 4,5%.